

A influência das instituições financeiras de desenvolvimento na sustentabilidade: práticas ASG no Banco da Amazônia (2020 - 2025)

CARLOS BENASSULY MAUES FILHO
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA)

CYNTIA MEIRELES MARTINS
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)

RONNY LUIS SOUSA OLIVEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA

FILIPPE CARVALHO DA SILVA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA)

Agradecimento à órgão de fomento:
A Capes e ao PPAD-Unama

A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NA SUSTENTABILIDADE: PRÁTICAS ASG NO BANCO DA AMAZÔNIA (2020 - 2025)

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade corporativa tornou-se elemento central nas estratégias empresariais, especialmente diante das transformações provocadas pelas demandas globais e pela ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Instituições financeiras, em particular, têm desempenhado um papel cada vez mais relevante ao direcionar recursos para investimentos que priorizam aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). A integração dos critérios ASG redefine o perfil das instituições, posicionando-as como agentes de transformação social e econômica, como também discutido por Buallay (2019), que destaca o potencial das práticas ASG em impulsionar valor a longo prazo.

No âmbito das instituições financeiras de desenvolvimento, destaca-se o Banco da Amazônia, cuja atuação na região amazônica representa uma oportunidade para potencializar o impacto das práticas de sustentabilidade em economias emergentes (Banco da Amazônia, 2024). Estudo de José et al. (2023) evidencia que a governança corporativa e a incorporação de práticas ASG são decisivas para consolidar a atuação dessas instituições como catalisadoras de desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a adoção de relatórios e políticas institucionais específicos reforça o compromisso com a promoção de uma economia verde e inclusiva (Komath et al., 2023).

A pandemia de COVID-19, em 2020, reforçou ainda mais a necessidade de alinhar o crescimento econômico com a mitigação de riscos ambientais e sociais, culminando na elaboração de taxonomias financeiras e políticas de financiamento sustentável (Craig, 2021). A crescente exigência de transparência e responsabilidade socioambiental também motivou mudanças nos padrões regulatórios e de governança no setor financeiro (Buallay, 2019). Esses fatores contribuem para o fortalecimento do papel das instituições financeiras no enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e dos desafios ambientais (Rizzello; Kabli, 2020).

Considerando essas transformações, esta pesquisa, que abrange o período de 2020 a 2025, propõe-se a analisar a influência do Banco da Amazônia na promoção da sustentabilidade regional, a partir da avaliação dos documentos Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) (Banco da Amazônia, 2024). A análise de documentos institucionais permite identificar como as políticas internas se articulam às demandas externas de sustentabilidade e responsabilidade social.

A questão-problema que norteia este estudo é: qual o nível de influência das instituições financeiras de desenvolvimento na promoção da sustentabilidade, considerando a análise de documentos oficiais? Este estudo, cuja periodicidade abrange o período de 2020 a 2025, tem como objetivo analisar o nível de influência das práticas de sustentabilidade do Banco da Amazônia, a partir da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

A metodologia utilizada é qualitativa e descritiva, centrada na análise documental desses instrumentos oficiais. A relevância acadêmica do estudo reside em sua contribuição para o campo das finanças sustentáveis, ampliando o entendimento sobre a governança corporativa e a integração dos critérios ASG em economias emergentes. Por outro lado, a contribuição gerencial central está em demonstrar como as práticas adotadas pelo Banco da Amazônia podem servir de referência para políticas públicas e para a atuação de outras

instituições financeiras. Assim, este trabalho almeja colaborar para o debate sobre sustentabilidade corporativa, demonstrando como práticas institucionais robustas podem gerar impactos positivos no desenvolvimento regional e na resiliência socioambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança Corporativa e Sustentabilidade

A governança corporativa tem sido reconhecida como um pilar essencial para a sustentabilidade organizacional, integrando práticas que equilibram interesses econômicos, sociais e ambientais (Buallay, 2019). Segundo Pretti e De Medeiros Neto (2021), a governança corporativa busca alinhar a geração de valor ao atendimento das demandas da sociedade, envolvendo mecanismos como conselhos de administração, comitês e políticas internas que asseguram a responsabilidade corporativa. Gomes e Malanski (2023) destacam que esses mecanismos contribuem para criar uma cultura organizacional sólida, baseada na ética e na transparência, fundamentais para o desempenho sustentável.

Nesse contexto, a sustentabilidade corporativa passou a ser integrada às decisões estratégicas, estabelecendo conexões entre o desempenho financeiro e as dimensões socioambientais (Oliveira et al., 2020; José et al., 2023). O estudo de Rosati e Faria (2019) salienta que empresas com maior alinhamento entre governança e sustentabilidade demonstram maior capacidade de adaptação e inovação em face dos desafios contemporâneos. Esses desafios incluem a necessidade de atender aos requisitos dos ODS, reduzir as emissões de carbono e fortalecer a resiliência socioeconômica (Wan et al., 2023). Para tanto, a governança corporativa deve contemplar mecanismos que promovam o diálogo com stakeholders, garantindo que as decisões reflitam não apenas interesses corporativos, mas também as expectativas sociais e ambientais (Shulla et al., 2021).

A literatura recente também destaca o papel das instituições financeiras na indução de boas práticas de governança, especialmente em mercados emergentes (Jan et al., 2021). De acordo com Thacker et al. (2019), essas instituições têm um papel crucial ao direcionar recursos para setores produtivos que adotem políticas alinhadas à mitigação de riscos ambientais e sociais. Isso evidencia a necessidade de sistemas de governança que não apenas regulem processos internos, mas também criem condições para que as práticas sustentáveis sejam incorporadas de forma consistente nas operações empresariais (Craig, 2021).

Por fim, a governança corporativa não deve ser encarada apenas como instrumento de controle interno, mas como um meio de fortalecer o impacto positivo das organizações sobre o desenvolvimento regional e a resiliência socioambiental (Wongtrakool, 2018). Assim, práticas robustas de governança podem promover a perenidade das instituições e gerar benefícios tangíveis para a sociedade, consolidando um novo paradigma de gestão alinhado aos princípios da sustentabilidade (Wan et al., 2023).

2.1.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem sido amplamente debatida como eixo estratégico das organizações, integrando aspectos sociais, ambientais e econômicos ao core business das empresas (Wang et al., 2023). Segundo Dai et al. (2022), a prática da RSC demanda um comprometimento genuíno, no qual as empresas reconheçam e priorizem as expectativas de seus stakeholders, indo além do lucro de curto prazo para gerar valor de longo prazo e impacto social positivo. Essa perspectiva é compartilhada por Wang et al. (2023), ao apontarem que a governança corporativa centrada nos stakeholders potencializa os resultados das práticas de RSC e fortalece a confiança dos públicos de interesse.

A literatura recente também enfatiza que a RSC pode contribuir para mitigar riscos socioambientais e fortalecer a reputação organizacional, ainda que exija investimentos iniciais significativos (Gherghina, 2023). Empresas que adotam posturas socialmente responsáveis, como destacado, têm mais condições de gerar impactos tangíveis e consolidar uma imagem positiva perante a sociedade. Por outro lado, práticas de RSC que se restringem ao discurso podem configurar casos de greenwashing, comprometendo a legitimidade e a credibilidade organizacional (Saeed; Sroufe, 2021).

Além dos benefícios para a reputação, a RSC também se relaciona com a inovação organizacional e o desempenho financeiro de longo prazo (Xue et al., 2023). A incorporação de práticas responsáveis amplia a capacidade das organizações de identificar oportunidades de mercado e melhorar sua competitividade. Essa postura está alinhada à crescente demanda de consumidores e investidores por empresas comprometidas com práticas éticas e responsáveis (Hernández et al., 2020).

Por fim, estudos apontam que a RSC não deve ser vista como um custo, mas como um investimento estratégico que promove resiliência e perenidade organizacional (Wang et al., 2023). Essa perspectiva amplia o entendimento sobre o papel transformador das práticas de RSC, reforçando sua importância como vetor de desenvolvimento sustentável e fator determinante para o sucesso em mercados cada vez mais exigentes e conscientes (Lund-Thomsen, 2020).

2.1.2 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Parcerias Público-Privadas (PPP)

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem orientado políticas públicas e estratégias empresariais em diversos países, articulando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento (Araújo et al., 2022). Segundo Yadav et al. (2021), o alcance das metas propostas nos ODS requer a atuação integrada de governos, setor privado e sociedade civil, envolvendo práticas colaborativas que potencializem impactos positivos. Nesse sentido, a literatura destaca que o envolvimento de múltiplos atores fortalece as bases para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades (Türkeli, 2020).

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) despontam como instrumentos estratégicos para viabilizar projetos em setores prioritários, como saneamento, infraestrutura e saúde (Hueskes et al., 2017). Estudos recentes demonstram que as PPPs podem gerar sinergias entre capital privado e interesse público, contribuindo diretamente para os ODS (Thacker et al., 2019). Contudo, deve existir a necessidade de monitoramento rigoroso e de mecanismos de governança eficazes, para evitar que tais parcerias resultem em monopólios ou práticas oportunistas que fragilizem a sustentabilidade (Ottaviani; De Marco, 2021).

A literatura enfatiza que a governança das PPPs deve garantir o alinhamento entre os princípios da sustentabilidade e as diretrizes políticas de longo prazo. Dessa forma, as PPPs podem constituir instrumentos valiosos para impulsionar a economia verde e assegurar a implementação eficaz dos ODS, promovendo impactos positivos tanto para o desenvolvimento regional quanto para a resiliência socioeconômica (Glass; Newig, 2019).

2.2.3 Indicadores Environmental, Social, Governance (ESG)

Os indicadores Environmental, Social and Governance (ESG) emergiram como elementos estratégicos para integrar as dimensões da sustentabilidade corporativa às decisões empresariais (Wan et al., 2023). O ESG tem ganhado relevância por impulsionar a criação de valor organizacional e fortalecer a confiança de stakeholders e investidores. Essa abordagem

amplia a compreensão sobre o impacto das atividades empresariais e sua contribuição para desafios globais, como mudanças climáticas e desigualdades sociais.

Empiricamente, diversos estudos demonstram que empresas com bom desempenho ESG apresentam menor exposição a riscos e maior resiliência em mercados dinâmicos (Eliwa et al., 2021). Wan et al. (2023) destacam que tais práticas não apenas mitigam riscos jurídicos e operacionais, mas também geram benefícios tangíveis para a reputação organizacional. Esses fatores reforçam a importância de integrar indicadores ESG às estratégias corporativas de longo prazo, de modo a alinhar desempenho financeiro e sustentabilidade (Zhang et al., 2022). Por fim, a literatura ressalta que os indicadores ESG não são apenas métricas de performance, mas ferramentas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável e promover a governança corporativa responsável (Garcia et al., 2017).

2.2 O Banco Da Amazônia Como Instituição De Desenvolvimento Regional

O Banco da Amazônia, como principal agente financeiro do Governo Federal na Amazônia Legal, tem desempenhado um papel essencial na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região (Banco da Amazônia, 2024). Fundado em 1942, o Banco tem expandido progressivamente suas ações, consolidando sua missão de impulsionar práticas sustentáveis e fortalecer a resiliência socioeconômica dos estados amazônicos (Banco da Amazônia, 2024). A governança corporativa do Banco da Amazônia evidencia-se por meio de políticas claras e da integração de diretrizes voltadas à sustentabilidade, o que amplia sua relevância estratégica em mercados emergentes.

A atuação do Banco dialoga diretamente com a crescente demanda global por investimentos verdes, especialmente diante dos desafios impostos pela crise climática e pela necessidade de transição para uma economia de baixo carbono (Gomes; Malanski, 2023). Conforme Thacker et al. (2019), instituições financeiras regionais são fundamentais para mobilizar recursos em áreas historicamente negligenciadas, preenchendo lacunas de infraestrutura e fomentando cadeias produtivas locais. Essa perspectiva é particularmente relevante na Amazônia Legal, onde o Banco atua em sinergia com planos governamentais, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Banco da Amazônia, 2024; BCB, 2023).

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade do Banco (2023), a instituição tem implementado mecanismos robustos de governança para integrar indicadores ESG e políticas socioambientais aos processos de concessão de crédito. Essa abordagem fortalece a reputação institucional e contribui para reduzir riscos operacionais e socioambientais (Eliwa et al., 2021). Além disso, iniciativas de diálogo com stakeholders locais e de incentivo à inclusão financeira são destacadas como essenciais para consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável e participativo (Pretti; De Medeiros, 2021; Maués Filho et al., 2023).

Assim, a atuação do Banco da Amazônia destaca a importância de alinhar as estratégias de fomento às demandas socioambientais, reforçando a centralidade do setor financeiro no avanço da sustentabilidade regional (Wan et al., 2023). Essa perspectiva contribui para consolidar o Banco como instituição estratégica, comprometida com a promoção de uma Amazônia mais justa, inclusiva e ambientalmente equilibrada (Banco da Amazônia, 2024).

2.2.1 Plano Estratégico Banco Da Amazônia 2023–2030

O Plano Estratégico do Banco da Amazônia 2023–2030 representa um marco na incorporação de princípios de sustentabilidade e governança às diretrizes institucionais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Banco da Amazônia,

2024). O alinhamento estratégico é fundamental para que instituições financeiras atuem como vetores de desenvolvimento em regiões que demandam investimentos em infraestrutura e inclusão social. No caso do Banco da Amazônia, a integração de sete dos dezessete ODS ao seu planejamento reforça o compromisso com práticas que promovam uma economia verde e inclusiva (Banco da Amazônia, 2024).

A implementação de metas claras e mensuráveis é essencial para que as instituições consigam direcionar seus esforços de forma consistente e transparente. Nesse sentido, o Banco adota mecanismos para monitorar e avaliar o desempenho de suas ações estratégicas, buscando sempre alinhar seus investimentos às políticas públicas regionais e federais (Banco da Amazônia, 2024). Essa prática amplia a capacidade de resposta da instituição diante de desafios ambientais e sociais (José et al., 2023).

O estudo de Buallay (2019) evidencia que instituições que integram governança corporativa e sustentabilidade em seu planejamento tendem a apresentar maior resiliência financeira e reputacional. Isso reforça a importância do Plano Estratégico do Banco como instrumento de longo prazo para impulsionar o desenvolvimento da Amazônia, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também as demandas socioambientais e culturais (Wan et al., 2023).

Por fim, as diretrizes do Plano Estratégico são complementadas por instrumentos de gestão e programas de crédito que priorizam setores críticos para a região, como agricultura familiar, infraestrutura verde e microcrédito produtivo (Banco da Amazônia, 2024). Essa articulação fortalece o papel do Banco como catalisador de práticas empresariais responsáveis, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades e a promoção da sustentabilidade em toda a Amazônia Legal (Eliwa et al., 2021).

Desta forma, o Banco incorporou ao seu Planejamento Estratégico 2023–2030 sete dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Planejamento Estratégico do BASA/ODS 2023-2030

Planejamento Estratégico do BASA/ODS
<ul style="list-style-type: none">• Erradicar a Pobreza;• Fome Zero e Agricultura Familiar;• Igualdade de Gênero;• Energias Renováveis e Acessíveis;• Trabalho Decente e Crescimento Econômico;• Indústria Inovação e Infraestrutura;• Proteger a Vida Terrestre.

Fonte: Banco da Amazônia 2025.

Esses objetivos são operacionalizados por meio de ações concretas que articulam o papel do banco como agente de transformação socioeconômica e ambiental. Essas iniciativas refletem o alinhamento estratégico do Banco da Amazônia às metas globais de sustentabilidade, reafirmando sua missão de promover uma Amazônia.

2.2.2 Plano De Aplicação De Recursos Banco Da Amazônia

Os Planos de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia são instrumentos essenciais para operacionalizar as diretrizes do Governo Federal no território amazônico, garantindo a alocação eficiente de recursos em áreas prioritárias (Banco da Amazônia, 2024). Segundo Thacker et al. (2019), a definição de prioridades regionais fortalece a efetividade dos financiamentos e promove impactos positivos nas comunidades locais. Essa abordagem está

em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável e com as exigências de mitigação de riscos socioambientais (Wan et al., 2023).

De acordo com o Banco (2024), o Plano de Aplicação de Recursos para 2023 inclui linhas de crédito diferenciadas para setores estratégicos, como agricultura familiar, infraestrutura verde e inovação tecnológica. Essa diversificação amplia as oportunidades para pequenos empreendedores e produtores, fortalecendo a economia local e gerando empregos (Banco da Amazônia, 2024). A priorização de segmentos produtivos sustentáveis é uma das principais ferramentas para consolidar a resiliência econômica em regiões vulneráveis.

Além disso, os Planos de Aplicação de Recursos do Banco integram as diretrizes de políticas nacionais, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), buscando sinergias entre o financiamento público e a gestão ambiental (BCB, 2023). Essa integração evidencia o compromisso do Banco com a governança socioambiental e com a transparência no uso dos recursos públicos (Saeed; Sroufe, 2021). Por fim, esses planos contribuem para reforçar o papel do Banco como indutor do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, conectando demandas locais a políticas de longo prazo e à agenda global de sustentabilidade (Banco da Amazônia, 2024).

Com o objetivo de assegurar uma alocação eficiente e o adequado enquadramento dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Quadro 2 apresenta a classificação das linhas de financiamento em duas categorias: Verdes e Tradicionais. Essa categorização segue os critérios estabelecidos pela Taxonomia Verde da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e pelo Manual de Crédito Rural (MCR), além de considerar as práticas implementadas nos empreendimentos voltadas à mitigação dos riscos climáticos e ambientais.

Quadro 2: FNO 2023 – Linhas de Financiamentos Verdes e Tradicionais

BASA Linhas Verdes	BASA Linhas Tradicionais
* Pronaf – Todas as Linhas	* Amazônia Rural
* Amazônia Rural Verde	* Amazônia Empresarial
* Amazônia Empresarial Verde	* Amazônia Infra
* Amazônia Infra Verde	
* FIES	
* Amazônia MPO	
* FNO CT & I	

Fonte: BASA-GPLAN (2023).

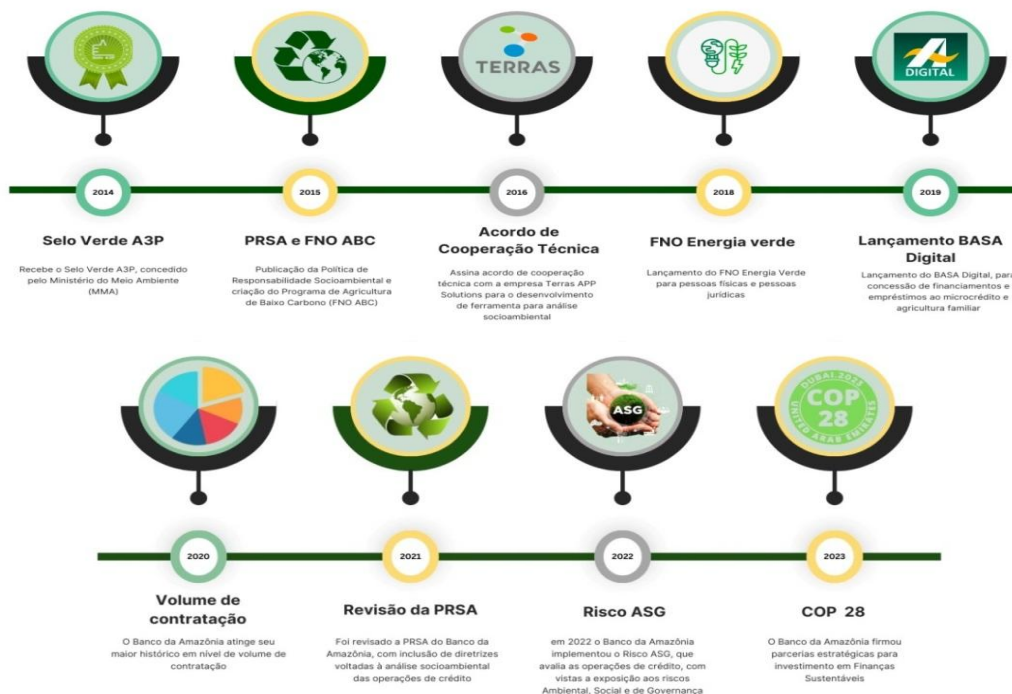
O Banco da Amazônia, atende a financiamentos à Assistência Técnica nos programas e linhas dos setores rurais e não rurais, independente do porte, com exceção do Programa de Infraestrutura, FIES e MPO, estimulando dessa forma a assistência técnica privada na região.

2.2.3 Sustentabilidade do Banco da Amazônia – Linha do Tempo

A Figura 1 apresenta a linha do tempo da sustentabilidade do Banco da Amazônia (BASA), evidenciando os principais marcos e avanços institucionais na incorporação de práticas sustentáveis ao longo dos anos. Essa trajetória demonstra o compromisso progressivo do BASA com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais em suas operações, alinhando-se às diretrizes dos Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promovendo uma atuação mais ética, transparente e comprometida com o futuro.

Figura 1: Linha do tempo da sustentabilidade do BASA.



Fonte: Banco da Amazônia 2025.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar como o Banco da Amazônia, enquanto instituição financeira de desenvolvimento regional, incorpora os princípios da sustentabilidade e os critérios ESG (Ambiental, Social e de Governança) em suas práticas de governança institucional. A pesquisa está ancorada na análise documental, técnica adequada para a investigação de conteúdos formais que expressam políticas, diretrizes, valores e práticas organizacionais.

Conforme Gil (2019), a pesquisa qualitativa é apropriada quando se busca compreender fenômenos complexos em seus contextos naturais, especialmente no caso de políticas institucionais e documentos públicos. A opção pela abordagem documental se justifica pelo objetivo de examinar o conteúdo explícito e implícito de documentos institucionais que orientam a atuação do Banco da Amazônia no campo da sustentabilidade e da governança corporativa.

O corpus documental analisado é composto por três conjuntos principais de documentos disponibilizados pelo próprio Banco da Amazônia entre os anos de 2020 e 2024: a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) e os Relatórios de Gestão Integrados, referentes ao período de 2020 a 2024.

Esses documentos foram selecionados por representarem os principais instrumentos de planejamento, comunicação e prestação de contas da instituição com seus stakeholders e com a sociedade civil. A análise desses materiais permite compreender a forma como os compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os riscos climáticos e sociais, bem como os princípios de governança, são operacionalizados no contexto institucional.

A técnica de análise utilizada foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que permite identificar categorias de sentido nos textos, organizando os dados de forma sistemática em torno dos eixos conceituais centrais da pesquisa: governança corporativa, sustentabilidade e critérios ESG. O processo analítico envolveu três etapas principais: (i) pré-análise, com leitura flutuante e seleção dos documentos relevantes; (ii) exploração do material, com categorização e codificação dos dados; e (iii) tratamento e interpretação dos resultados, relacionando-os com o referencial teórico adotado.

A categorização dos dados considerou as três dimensões dos critérios ESG (ambiental, social e governança), bem como sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. As categorias emergentes foram validadas à luz da literatura científica e dos referenciais normativos nacionais e internacionais, como a Resolução nº 4.945/2021 do Conselho Monetário Nacional e os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023).

Adicionalmente, adotou-se uma estratégia de triangulação de fontes, comparando as evidências documentais com dados secundários oriundos de relatórios do Banco Central do Brasil e das diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de modo a conferir maior robustez e validade ao estudo.

Essa metodologia permitiu não apenas identificar o nível de alinhamento entre as práticas institucionais do Banco da Amazônia e os parâmetros internacionais de sustentabilidade, mas também apontar avanços, limitações e oportunidades de aprimoramento na integração da agenda ESG ao seu modelo de gestão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão, será realizada a análise dos documentos da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) e Relatório de Gestão Integrado Anual, divulgados pelo Banco da Amazônia no período de 2020 a 2024. Esses documentos tratam das políticas e práticas de governança corporativa e de sua evolução no período de 2020 a 2024, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa período de 2020 a 2024.

Carta Anual de Políticas Pública e Governança Corporativa		
Ano	Políticas Pública	Governança Corporativa
2020	<p>Visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais, o Banco da Amazônia promoveu eventos com a participação de agentes públicos e privados de todos os estados da Amazônia Legal, para planejar a aplicação de recursos levando-se em consideração, além das orientações do Governo Federal, as particularidades de cada unidade da federação onde atua, buscando sinergia com as políticas públicas estaduais e a potencialização dos benefícios de uma atuação articulada em prol do desenvolvimento regional.</p> <p>Dentre os principais parceiros externos, da administração pública e da iniciativa privada, que colaboram ou participam na consecução dos objetivos do Banco da Amazônia, contribuem nos debates e fornecem subsídios para o planejamento e formulação da estratégia de promoção do desenvolvimento regional, inclusive, participando do processo de elaboração dos planos global e estaduais de aplicação de recursos, destacaram-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Associações Comerciais; ✓ Federações da Agricultura; da Indústria; do Comércio; dos Trabalhadores da Indústria; ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); ✓ Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, como Ministérios, Secretarias de Estado e Municipais; ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); ✓ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); ✓ Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); ✓ Universidades federais, estaduais e instituições de pesquisa dos estados da Amazônia. 	<p>O PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.</p> <p>No âmbito do PPA, o Banco da Amazônia para 2020- 2023 é responsável por 12 iniciativas, pelas quais reafirma sua importância para a consecução das políticas públicas de caráter regional, ao atuar nos programas voltados para: nova agricultura familiar, agropecuária sustentável, uso sustentável e eficiente da biodiversidade, mudança do clima, desenvolvimento regional e territorial, crescimento pelo turismo, cultura, inclusão social e produtiva de pessoas de baixa renda, educação superior e tecnologias aplicadas.</p> <p>Sendo um das principais políticas de gerenciamento de risco e controles do Banco da Amazônia é Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).</p>

<p>Ao desempenhar suas atribuições e buscar seus objetivos sociais, o Banco cumpre papel social relevante, imprescindível e conforme determinação constitucional, contribui para o combate às desigualdades socioeconômicas, inter-regionais e intra regionais, dando suporte às políticas públicas, por meio do acesso a produtos e serviços bancários com juros subsidiados e com capilaridade de atendimento diferenciada .</p> <p>Assim, o Banco da Amazônia é o principal agente do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, voltadas ao desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal.</p> <p>A Lei 13.303, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, exige a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial, as relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico</p> <p>2021 financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e a descrição da composição e da remuneração da administração.</p>	<p>O Banco da Amazônia adota como metodologia de controle interno, o modelo das Três Linhas de defesa, que assegura as competências e responsabilidades de todas as áreas da Instituição, por meio de uma estrutura integrada e coordenada, o que contribui para a efetividade dos controles internos e geração de resultados sustentáveis. Utiliza o framework COSO – Estrutura Integrada, considerando os seus componentes e princípios.</p> <p>O Banco possui um sistema de controles internos adequados ao seu porte, perfil de risco e natureza dos seus negócios.</p> <p>A 1ª linha de defesa é formada pelas áreas de negócios, gerências operacionais, agências e superintendências.</p> <p>A 2ª linha de defesa é composta pelas gerências de risco, segurança, conformidade e controle.</p> <p>A 3ª linha de defesa compete à auditoria interna.</p> <p>Esta estrutura busca identificar, avaliar, gerenciar e monitorar os riscos e controles de forma integrada. Dessa maneira, o modelo de três linhas de defesa culmina na definição de responsabilidades e atribuições de cada área do Banco, com objetivo de mitigar os riscos existentes nas atividades da empresa.</p>
<p>O Banco é o principal agente do Governo Federal para promover e executar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Adicionalmente, aderente ao que dispõe a Lei nº. 5.122/1966, o Banco da Amazônia responde pelas seguintes atribuições (objetivos sociais) previstas no capítulo 1º, artigo 4º de seu Estatuto Social:</p> <p>Executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico social; Prestar serviços e realizar todas as operações inerentes a atividade bancária e, Exercer as funções de agente financeiro dos órgãos federais de desenvolvimento; Exercer as funções de agente financeiro dos órgãos federais de desenvolvimento. Financiamentos alinhados às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)</p> <p>2022</p>	<p>O Banco da Amazônia utiliza o framework COSO. Esta estrutura busca identificar, avaliar, gerenciar e monitorar os riscos e controles de forma integrada. Dessa maneira, tal modelo culmina na definição de responsabilidades e atribuições de cada área do Banco, com objetivo de mitigar os riscos existentes nas atividades da empresa. Por seu turno, as principais políticas de gerenciamento de riscos e controles do Banco estão estabelecidas e segregadas em Políticas de riscos corporativos; Políticas de responsabilidade sociambiental; Política de controles internos e; Política de compliance.</p>
<p>A execução dos recursos públicos (operações de créditos) é realizada anualmente por meio de programas de financiamentos, segundo as diretrizes e orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pelas prioridades setoriais e espaciais definidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento (PNDR) . A atuação dos programas compreendem uma extensa e desafiadora área territorial composta pelos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins), onde existem localidades em que a iniciativa privada não têm interesse econômico em conceder crédito, demonstrando a necessidade de atuação do Banco para corrigir esta falha de mercado.</p> <p>2023</p>	<p>A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) do Banco da Amazônia é aplicada em todos os nossos processos corporativos para gerenciar de forma contínua e integrada os riscos e o capital do Banco. Ela fornece princípios e diretrizes em conformidades aos normativos vigentes, ao nosso Planejamento Estratégico e ao apetite a risco definido pelas alçadas competentes. O Banco da Amazônia possui normas e políticas internas que visam garantir o adequado funcionamento da empresa, as quais incluem regras para registros contábeis, bem como políticas para lidar com riscos, conflitos de interesse, transações com partes relacionadas, possui um sistema de controle presente, funcional e aderente às boas práticas de mercado e regulamentações.</p> <p>As demonstrações financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa, o que está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), conforme estabelecido na Resolução BACEN nº 130/2021.</p>
<p>A gestão das políticas públicas do Banco da Amazônia S.A. alinhada com as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo governo federal constantes no Plano Plurianual PPA, com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal (PRDA) e Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) demonstra a coerência dos esforços para promover e envolver a sociedade em suas ações institucionais, na aplicação e gestão das políticas públicas integrado à dimensão estratégica da ação do governo na definição de prioridades, garantindo o efetivo desenvolvimento da região.</p> <p>Destaca-se que na elaboração do Plano de Aplicação de recursos do FNO, desde o início, há o envolvimento de governos estaduais, entidades representativas, órgãos reguladores, ministérios federais, secretarias estaduais e municipais, cooperativas e empresas de todos os setores. Da mesma forma, as diretrizes e orientações das políticas de governo são norteadoras para o processo de planejamento e na atuação, especificamente, na aplicação do crédito, dentre as quais, são</p> <p>2024 premissas:</p> <p>Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);</p> <ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Industrial para a Amazônia Legal (PDIAL); Plano Regional de Desenvolvimento (PNDR); Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ENDES, com as Agendas Macrorregionais, com o Plano Plurianual (PPA), Orientações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS <p>* Plano</p>	<p>O Banco da Amazônia possui uma robusta estrutura de Governança Corporativa, pautada na Lei nº 13.303/2016, e está constituída, de forma geral, pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitês Superiores, Auditoria Interna, Corregedoria, Diretoria Executiva, Secretaria de Executiva, Ouvidoria e Coordenadoria de Relacionamento com Investidores, considerando como premissas que as decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis, exercendo um papel fundamental na supervisão e gestão dos impactos. A administração utiliza estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal, Conselho de Administração; Comitês Superiores (Comitê de Auditoria; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital; Comitê Estratégico Ambiental, Social e de Governança; Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia); Auditoria Interna Corregedoria Diretoria Executiva Secretaria de Executiva de Governança, Ouvidoria; e Coordenadoria de Relacionamento com Investidores. <p>O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, órgãos independentes de decisão colegiada,</p>

Fonte: Elaborado pelos autores 2025.

Sobre a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, trata-se de um processo de amadurecimento e evolução das atividades de transparência no âmbito das empresas estatais, que vem se consolidando cada vez mais no Brasil. Graças ao inciso I, art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 — cujo teor foi reproduzido nos incisos I e III do art. 13 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 —, tornou-se obrigatória a elaboração da Carta Anual de Políticas Públicas e da Carta Anual de Governança Corporativa, subscritas pelos Conselhos de Administração das empresas estatais.

As Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa, no período de 2020 a 2024, demonstram uma evolução no alinhamento das informações e na forma de

comunicação escrita e visual no que tange ao papel do Banco da Amazônia em relação às políticas públicas e à Governança Corporativa. Destacam-se, entre as políticas, o Plano Plurianual (PPA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as orientações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o desenvolvimento estratégico do Banco da Amazônia, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na perspectiva da Governança Corporativa, o Banco da Amazônia, por meio do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital e do Comitê Estratégico Ambiental, Social e de Governança, evidencia sua preocupação com o alinhamento ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), fundamentada na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945, de 15/09/2021, e no Normativo SARB nº 14, de 28/08/2014, integra a cultura de responsabilidade socioambiental à governança da empresa. Essa política influencia o processo de planejamento estratégico, a tomada de decisões, as práticas de gestão, a avaliação de oportunidades e riscos, o relacionamento com as partes interessadas e a definição de metas. Busca-se o aperfeiçoamento dos critérios socioambientais nas concessões de crédito, adotando as diretrizes estabelecidas na política e observando a exposição aos riscos relacionados às questões ASG e às mudanças climáticas.

O Banco da Amazônia fundamenta o PRSAC/Plano de Ação 2025 por meio de iniciativas como a inclusão de critérios ASG nas decisões de crédito e investimentos, programas internos de eficiência energética e gerenciamento de resíduos, além de parcerias estratégicas para fomentar uma economia de baixo carbono, demonstrando seu papel como agente catalisador da sustentabilidade na região.

A PRSAC também orienta a instituição a atuar com transparência e responsabilidade, assegurando que suas ações beneficiem tanto o meio ambiente quanto as comunidades onde está inserida, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade como um pilar essencial do desenvolvimento regional.

A Agenda ASG do Banco da Amazônia é uma iniciativa estratégica que reflete o compromisso da instituição com a sustentabilidade na Amazônia Legal. Estruturada em pilares ambientais, sociais e de governança, a Agenda alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Plano de Transformação Ecológica, promovendo soluções financeiras para impulsionar uma economia inclusiva e de baixo carbono.

O Relatório de Gestão Integrado, que apresenta de forma conjunta as ações de Governança Corporativa, Sustentabilidade e ODS, serve como instrumento para comunicar aos diferentes públicos de interesse o desempenho do Banco da Amazônia em temas considerados relevantes nas dimensões social, econômica e ambiental, conforme Figura 3.

O Relatório de Gestão Integrado demonstra a preocupação do Banco da Amazônia em comunicar a seus empregados, *stakeholders* e à sociedade em geral o compromisso voluntário da instituição em contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Esse compromisso é apresentado e comunicado por meio de relatórios que evidenciam o cumprimento de suas obrigações legais e econômicas, estabelecendo, assim, sua Responsabilidade Social Corporativa (RSC). O Banco busca promover a ética e a sustentabilidade, equilibrando os interesses da organização com os da sociedade.

As metas e os indicadores ESG (Ambiental, Social e de Governança) do Banco da Amazônia (BASA) estão alinhados ao compromisso de promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica. Embora o Banco não divulgue publicamente metas específicas e detalhadas para cada indicador ESG, é possível identificar seus principais focos e compromissos por meio da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, da

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), dos Relatórios de Gestão Integrados anuais, além de comunicados e ações institucionais.

Figura 3: Relatório de Gestão Integrado, período de 2020 a 2024.

Relatório de Gestão Integrado			
Ano	Social	Econômico	Ambiental
2020	Através da Política de Diversidade, o Banco da Amazônia promove a cultura inclusiva, de respeito à diversidade e equidade nas relações; Direito Humanos, trabalho desenvolvido para o impedimento a violação dos direitos humanos;	O Banco da Amazônia atua junto à administração pública e iniciativa privada, contribuindo nos debates e fornecendo subsídios para formulação dos Planos Financeiros e Estaduais de aplicação de recursos, na forma de parceiro externo.	Procedimentos, políticas e processos para melhor induzir os tomadores de crédito às melhores práticas e menores riscos socioambientais.
2021	Relacionamento com as partes interessadas e/ou participação em redes, compartilhando informações e melhorando o bem-estar individual e coletivo. Esse capital contempla relacionamentos estabelecidos, parcerias, valores em comum, intangíveis relacionados à marca e reputação. Em 2021, no processo de construção da materialidade, a GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, foi apontada pelos stakeholders e aprovada pela alta gestão, como tema material relevante. Estamos comprometidos em fazer a gestão desse tema, apresentando em Capital Social e Relacionamento os indicadores relacionados.	Em 2021, o BASA realizou investimentos na área de tecnologia visando à modernização da sua plataforma de negócios, melhoria da segurança da informação, aumento da eficiência e redução do custo operacional. incorporou estratégia de desempenho financeiro, focado nos os Pilares Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) como elementos não financeiros para geração de valor no curto, médio e longo prazo.	Abordar o risco socioambiental no Crédito é um fator chave para disseminar e induzir boas práticas socioambientais no desenvolvimento de propostas e projetos para captação de crédito junto ao Banco da Amazônia. É gerenciado por meio de diretrizes e procedimentos adotados pela Instituição com o objetivo de reduzir a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Estão consubstanciadas na Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital; na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); e na Norma de Procedimentos sobre os Aspectos Socioambientais no Crédito
2022	O Banco da Amazônia vem trabalhando em parceria com governos estaduais e municipais para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. A exemplo são assinatura do protocolo de intenções, cujo objetivo é promover ações coordenadas, integradas, cooperadas e com corresponsabilidade para impulsionar o desenvolvimento local nos estados, contribuindo para o fortalecimento da economia local e geração de empregos e renda da população	Promovendo a transparência e a prestação de contas em relação às práticas nos âmbitos ambiental, econômico e social, permitindo que os investidores, clientes, acionistas e outros stakeholders avaliem, por meio de relatórios publicados, o desempenho do Banco em relação aos nossos compromissos de sustentabilidade. Resumidamente, adota uma Governança comprometida com a sustentabilidade, respeito aos direitos humanos, por meio de políticas e projetos que levem em conta os aspectos ambientais e sociais, além dos aspectos econômicos, contribuindo assim para o Desenvolvimento Sustentável da Região	Agenda ASG, contemplando as iniciativas atreladas às perspectivas Ambiental, Social e de Governança e com aderência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Comunicamos, anualmente, nossos resultados e avanços nos temas inerentes, com abordagem preventiva aos desafios ambientais, o desenvolvimento de iniciativas para a promoção da responsabilidade socioambiental e o incentivo e a difusão de práticas ambientalmente sustentáveis
2023	A dimensão "Política Pública" é composta por indicador voltado ao objeto social do Banco que tem por objetivo executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social. Utilizando recursos do FNO, o Banco da Amazônia estimula prioritariamente o desenvolvimento dos municípios mais carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social, que são aqueles classificados pela tipologia da PNDR como de baixa e média renda.	Não há sociedade igualitária e justa sem a atuação do mercado e das empresas, pois a qualidade de vida e o crescimento econômico ocorrem, também, por meio da geração de empregos e renda para a população. Como gestor do FNO, possibilita aos minis, micros e pequenos produtores e empresários da Região Norte, o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda.	O financiamento de produtos da economia verde ratifica o compromisso do Banco da Amazônia com a sustentabilidade e o seu objetivo de mitigar os riscos ambientais associados às atividades econômicas tradicionais.

Fonte: Elaborado pelos autores 2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o papel do Banco da Amazônia na promoção da sustentabilidade regional, com base nos princípios da governança corporativa e nos critérios ESG (ambientais, sociais e de governança), por meio da análise documental de três instrumentos estratégicos: a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e os Relatórios de Gestão Integrados, referentes ao período de 2020 a 2024.

Os resultados demonstram que o Banco da Amazônia tem consolidado sua atuação como instituição financeira de desenvolvimento alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e aos marcos regulatórios nacionais. Observa-se um esforço crescente de institucionalização da sustentabilidade como eixo estratégico, expresso na integração dos

pilares ESG à sua estrutura de governança, bem como na formulação de políticas públicas de crédito com recorte ambiental, social e territorial.

A estrutura robusta de governança corporativa, a adoção do modelo das Três Linhas de Defesa, o compromisso com a transparência e a comunicação dos resultados por meio de relatórios integrados reforçam a imagem da instituição como agente indutor de práticas sustentáveis na região amazônica. O banco se destaca especialmente pela incorporação de critérios socioambientais nas decisões de crédito, pelo fomento a negócios verdes e pelo apoio à agricultura familiar e às micro e pequenas empresas.

Apesar dos avanços identificados, o estudo também evidencia desafios a serem superados. Entre eles, destaca-se a ausência de metas públicas claras e quantificáveis para indicadores ESG, o que dificulta a mensuração do impacto efetivo das ações implementadas. Além disso, a atuação do Banco ainda depende, em grande medida, de diretrizes superiores do Governo Federal, o que pode limitar sua autonomia estratégica frente às demandas específicas dos territórios amazônicos.

Do ponto de vista metodológico, uma limitação importante desta pesquisa reside na utilização exclusiva de fontes documentais institucionais, o que pode restringir a análise a uma perspectiva predominantemente declaratória e oficial. Embora esses documentos sejam relevantes e públicos, a ausência de entrevistas com gestores, beneficiários ou especialistas externos limita o aprofundamento da compreensão sobre a efetividade das ações.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo metodológico, incluindo abordagens empíricas, como estudos de caso, entrevistas qualitativas e análises comparativas com outras instituições financeiras de desenvolvimento — tanto nacionais quanto internacionais. Outra linha promissora seria a investigação quantitativa dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelas operações financiadas pelo banco, a partir de indicadores específicos e métricas de avaliação de desempenho sustentável.

Além disso, sugere-se o aprofundamento de estudos sobre a articulação entre os mecanismos de governança do Banco da Amazônia e os ecossistemas de inovação verde na região, a fim de compreender como tais interações podem potencializar a transformação ecológica da Amazônia Legal. Por fim, recomenda-se explorar os riscos e oportunidades associados à expansão das práticas ESG em contextos periféricos e marcados por desigualdades estruturais, como é o caso da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, 2023. Acesso a site em Acesso em: 04 de nov. 2023.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2024. (Sustentabilidade). Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/o-banco/sustentabilidade>. Acesso em 19 de março 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2024. Relação com Investidores (Governança e Sustentabilidade). Disponível em <https://ri.bancoamazonia.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade-esg>. Acesso em 19 de março 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2024. Relação com Investidores (História). Disponível em <https://ri.bancoamazonia.com.br/sobre-o-banco/historia/>. Acesso em 19 de março 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2024. Relação com Investidores (Visão Geral). Disponível em <https://ri.bancoamazonia.com.br/sobre-o-banco/visao-geral/>. Acesso em 19 de março 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2025. Plano de Aplicação de Recursos Banco da Amazônia - 2023. Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/fno/planos-de-aplicacao-de-recursos>. Acesso em 19 de março 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA – BASA, 2025. Plano Estratégico Banco da Amazônia 2023-2030. Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/component/edocman/acesso-informacao/acoes-e-programas/plano-estrategico-2023-2030?Itemid=>. Acesso em 19 de março 2025.

BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BUALLAY, Amina. Is sustainability reporting (ESG) associated with performance? Evidence from the European banking sector. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 30, n. 1, p. 98-115, 2019.

BUALLAY, Amina. Is sustainability reporting (ESG) associated with performance? Evidence from the European banking sector. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 30, n. 1, p. 98-115, 2019.

BUALLAY, Amina. Is sustainability reporting (ESG) associated with performance? Evidence from the European banking sector. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 30, n. 1, p. 98-115, 2019.

CRAIG, C. D. **Sustainable finance starts with data**. In: World Economic Forum. 2021.

CRAIG, C. D. **Sustainable finance starts with data**. In: World Economic Forum. 2021.

DAI, Xiaofei; SIDDIK, Abu Bakkar; TIAN, Huawei. Corporate social responsibility, green finance and environmental performance: Does green innovation matter? **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 13607, 2022.

DE ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo *et al.* Mimetismo Institucional Dos Tribunais De Contas:(Des) Alinhamento Das Normas Contábeis Emitidas No Reporte Dos Recursos Associados À Covid-19 No Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 24, n. 2, p. 62-73, 2023.

ELIWA, Yasser; ABOUD, Ahmed; SALEH, Ahmed. ESG practices and the cost of debt: Evidence from EU countries. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 79, p. 102097, 2021.

GARCIA, A. S.; ORSATO R.; MENDES-DA-SILVA, O. ESG - Environmental, Social and Governance design in different institutional environments. **6Th International Workshop. Advances in Cleaner Production – Academic Work**, 2017.

GHERGHINA, Ștefan Cristian. Corporate Finance, Governance, and Social Responsibility. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 16, n. 6, p. 297, 2023.

GIL, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

GLASS, Lisa-Maria; NEWIG, Jens. Governance for achieving the Sustainable Development Goals: How important are participation, policy coherence, reflexivity, adaptation and democratic institutions? **Earth System Governance**, v. 2, p. 100031, 2019.

GOMES ROCHA FERREIRA, Lucas Benedito; KÖPPE MALANSKI, Leonardo. Economic Freedom and Environmental, Social, Governance Practices: An Analysis of the Financial Sector in the Americas. **Brazilian Business Review (Portuguese Edition)**, v. 20, n. 6, 2023.

HERNÁNDEZ, Juan Pablo Sánchez-Infante; YAÑEZ-ARAQUE, Benito; MORENO-GARCÍA, Juan. Moderating effect of firm size on the influence of corporate social responsibility in the economic performance of micro-, small-and medium-sized enterprises. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 151, p. 119774, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC (2023). O IBGC. Recuperado em: ibgc.org.br/quemsomos. Acesso em: 04 de nov 2023.

JAN, Ahmad Ali; LAI, Fong-Woon; TAHIR, Muhammad. Developing an Islamic Corporate Governance framework to examine sustainability performance in Islamic Banks and Financial Institutions. **Journal of Cleaner Production**, v. 315, p. 128099, 2021.

JOSÉ, ÉGON *et al.* Assessment of ESG practices in banks listed in [B] 3: Verifying the effect of the composition of the board of directors and characteristics of firms. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, p. 1-24, 2023.

KOMATH, Muhammed Aslam Chelery; DOĞAN, Murat; SAYILIR, Özlem. Impact of corporate governance and related controversies on the market value of banks. **Research in International Business and Finance**, v. 65, p. 101985, 2023.

LUND-THOMSEN, Peter. Corporate social responsibility: A supplier-centered perspective. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 52, n. 8, p. 1700-1709, 2020.

MAUÉS FILHO, Carlos Benassuly et al. Efeitos do FNO no desenvolvimento da mesorregião do Marajó no estado do Pará. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 510-530, 2023.

OTTAVIANI, Filippo Maria; DE MARCO, Alberto. Multiple linear regression model for improved project cost forecasting. **Procedia Computer Science**, v. 196, p. 808-815, 2022.

OLIVEIRA, Ronny Luis Sousa et al. Análise da produção científica referente a gestão socioambiental: uma investigação sobre o tema no encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração (ENANPAD). **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, 2020.

PRETTI, Gleibe; DE MEDEIROS NETO, Elias Marques. Sustentabilidade no trabalho e governança corporativa, como podemos ter a junção de ambos?. **Revista Educação-UNG-Ser-ISSN 1980-6469**, v. 16, n. 2, p. 59-69, 2021.

RIZZELLO, Alessandro; KABLI, Abdellah. Sustainable financial partnerships for the SDGs: The case of social impact bonds. **Sustainability**, v. 12, n. 13, p. 5362, 2020.

ROSATI, Francesco; FARIA, Lourenço GD. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. **Journal of Cleaner Production**, v. 215, p. 1312-1326, 2019.

SAEED, Asif; SROUFE, Robert. Performance, risk, and cost of capital: Trends and opportunities for future CSR research. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 14, n. 12, p. 586, 2021.

SHULLA, Kalterina. Effects of COVID-19 on the sustainable development goals (SDGs). **Discover Sustainability**, v. 2, pp. 1-19, 2021.

THACKER, Scott. Infrastructure for sustainable development. **Nature Sustainability**, v. 2, n. 4, pp. 324-331, 2019.

TÜRKELI, Serdar. Complexity and the sustainable development goals: a computational intelligence approach to support policy mix designs. **Journal of Sustainability Research**, v. 2, n. 1, 2020.

WAN, Guochao *et al.* Hotspots and trends of environmental, social and governance (ESG) research: A bibliometric analysis. **Data Science and Management**, v. 6, n. 2, p. 65-75, 2023.

WANG, Tianyang *et al.* Green finance and clean taxes are the ways to curb carbon emissions: An OECD experience. **Energy Economics**, v. 124, p. 106842, 2023.

WONGTRAKOOL, B. ESG essentials: What you need to know about environmental, social and governance investing. Western Asset report, 2018.

XUE, Qihang *et al.* Local government centralization and corporate ESG performance: Evidence from China's county-to-district reform. **China Journal of Accounting Research**, v. 16, n. 3, p. 100314, 2023.

YADAV, Hitesha; KAR, Arpan Kumar; KASHIRAMKA, Smita. How does entrepreneurial orientation and SDG orientation of CEOs evolve before and during a pandemic. **Journal of Enterprise Information Management**, v. 35, n. 1, pp. 160-178, 2022.

ZHANG, Weike; LUO, Qian; LIU, Shiyuan. Is government regulation a push for corporate environmental performance? Evidence from China. **Economic Analysis and Policy**, v. 74, p. 105-121, 2022.